



F U N D A Ç ã O

M O N T E

relatório
&
contas
2013

índice

Relatório de Gestão 03

- 01 Introdução
- 02 Instalação Orgânica
- 03 Órgãos Sociais
- 04 Estatutos
- 05 Legislação e Reconhecimento
- 06 Relatório de Atividades 2013
- 07 Relatório Financeiro

Demonstrações Financeiras 06

- Balço 07
- Demonstração dos Resultados 08
- Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais 2013 08
- Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais 2012 09
- Demonstração dos Fluxos de Caixa 09
- Anexo 10

- 08 Certificação de Contas 15
- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 2013 16

A photograph of a young child swinging on a swing set. The child is seen from behind, wearing a blue bucket hat, a blue t-shirt, and red and white plaid shorts. They are holding onto the blue chains of the swing. The swing set is made of dark wood and metal. In the background, there is a chain-link fence and a white wall. The scene is brightly lit, suggesting a sunny day.

relatório de gestão

**relatório &
contas 2013**



Relatório de Gestão

01 Introdução

A criação desta Fundação, por decisão da Família Monte, constituiu a concretização da vontade dos seus membros em promover os valores da educação e da solidariedade social.

Tem como fins primordiais a promoção da educação, o fortalecimento da solidariedade social, o apoio a entidades públicas e de interesse público e o desenvolvimento de infraestruturas, conceder isoladamente ou em conjunto com outras entidades bolsas de estudo e prémios a estudantes, investigadores académicos e/ou outras pessoas singulares ou coletivas, apoiar o desenvolvimento de creches ou lares em estreita sintonia com a segurança social, ajudar instituições hospitalares, associações de bombeiros e afins, construir ou promover a construção de infraestruturas de interesse público.

A Fundação procurará colaborar e estabelecer parcerias com entidades que realizem ou se proponham realizar atividades de natureza similar ou complementar às por si realizadas, nomeadamente nos distritos de Viana do Castelo, Porto e Braga e em particular no concelho da Póvoa de Varzim.

02 Instalação e orgânica

A sede da Fundação ficou estabelecida na Rua Avelino Barros, nº283, na Póvoa de Varzim.

A proximidade e estreita ligação com os fundadores revelou-se benéfica, permitindo logo no seu primeiro ano de atividade a concretização do apoio financeiro a algumas entidades de interesse público.

Tal como definido desde o primeiro dia e nos seus estatutos, a Fundação mantém-se firme na estratégia de reduzir ao mínimo possível os encargos estruturais da fundação, nomeadamente encargos com o pessoal.

Atualmente, trabalham na Fundação a título gratuito: um Presidente do Conselho de Administração e dois Administradores.

03 Órgãos sociais

Conselho de Administração:

Presidente: Fábria Filipa Valentim Gomes do Monte

Vogal: Tiago Nuno da Silva Melo Patrício

Vogal: José Carlos Brandão Gomes

Conselho de Curadores:

Presidente: Manuel Gomes do Monte

Vogal: Alípio Gomes do Monte

Vogal: Irene Flores Gomes Morim

Vogal: Maria de Lurdes Rodrigues Valentim Gomes do Monte

Vogal: Joana Maria Valentim Gomes do Monte

Conselho Fiscal:

Presidente: Manuel João Meira Fernandes

Vogal: Celso José Patrício

Vogal: Paulo Roberto de Souza Mathias Lima

04 Estatutos

Os estatutos da Fundação (disponível em www.fundacaomonte.pt), foram preparados pelos fundadores e devidamente reconhecidos pelo Governo.

05 Legalização e Reconhecimento

O processo de legalização iniciou-se em 12 agosto de 2010 logo após a escritura pública de constituição, tendo sido legalmente reconhecida no dia 17 de outubro de 2012, por Despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros. O Despacho nº.14129/2012, foi publicado no Diário da República, 2.ª série, nº.211, de 31 de outubro.

06 Relatório de Atividades 2013

A Fundação Monte após um primeiro ano de atuação em que, por falta do conhecimento das instituições, seguiu as indicações do Município de Póvoa de Varzim, optou em 2013 por apoiar menos instituições, mas com uma intervenção mais ativa na sua vivência diária.

As instituições escolhidas na Póvoa de Varzim foram duas, a Obra de Santa Zita e o Instituto Madre Matilde, ambas dedicadas às crianças e adolescentes de famílias carenciadas.

Em 2014 continuamos a contribuir e em permanente contato com ambas as instituições.

Em Ponte de Lima foram também duas as entidades escolhidas, o Centro Paroquial e Social de Calheiros, sugestão do Município, e a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental.

Inicialmente foi a APPCDM que nos contactou, para nos questionar sobre a possibilidade de integrar um elemento da Instituição, o Diogo, numa das empresas do Grupo.

Ficámos tão agradados que foi por nós escolhida como merecedora de donativo por parte da Fundação.

O Diogo foi contratado para trabalhar na Gintegral em Abril de 2014 ao abrigo de um Estágio Profissional do IEFP.

Além dos donativos entregues a Fundação contribuiu, em 2013 para uma tarefa há muito realizado pela Sra. D. Irene, Membro do Conselho de Curadores, que é a distribuição de cabazes de Natal pelas famílias mais carenciadas.

Os cabazes foram compostos por:

- Bacalhau
- Massa Aletria
- Arroz
- Azeite
- Óleo
- Açúcar
- Canela

A lista de pessoas é cada vez mais extensa.

Em 2014, a Fundação pretende ajudar ainda mais famílias.

07 Relatório Financeiro

Do ponto de vista financeiro, a prudência e a sustentabilidade são princípios que deverão estar sempre presentes nas várias iniciativas e projetos em que a Fundação se envolva.

Foi igualmente decidido, como política geral, gerir os recursos disponíveis de modo muito prudente, só efetuando aplicações de muito alta segurança ou sem qualquer risco.

Póvoa de Varzim, 30 de maio de 2014

O Conselho de Administração

Fábia Filipa Valentim Gomes do Monte
(Presidente)

Tiago Nuno da Silva Melo Patrício
(Vogal)

José Carlos Brandão Gomes
(Vogal)





demonstrações financeiras

relatório &
contas 2013

Demonstrações Financeiras

Balanço

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (montantes expressos em euros)

Rubricas	Notas	2013	2012
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	181.331	179.016
Subtotal		181.331	179.016
Ativo corrente			
Outras contas a receber	6	1.057	1.285
Outros ativos financeiros	4	555.205	518.390
Caixa e depósitos bancários	4	24.189	19.117
Subtotal		580.451	538.791
Total do ativo		761.782	717.808
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	7	678.116	678.116
Resultados transitados	7	7.730	
Outras variações nos fundos patrimoniais	7	19.688	19.688
Subtotal		705.534	697.804
Resultado líquido do período		44.345	7.730
Total do fundo de capital		749.880	705.534
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal			
Passivo corrente			
Fornecedores	8	448	264
Estado e outros entes públicos	9	3.537	4.870
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10	5.582	5.582
Outras contas a pagar	11	2.336	1.557
Subtotal		11.902	12.273
Total do Passivo		11.902	12.273
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		761.782	717.808

O Técnico oficial de contas (11636)

A Administração

Demonstração dos Resultados

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (montantes expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2013	2012
Fornecimentos e serviços externos	12	-967	-271
Aumentos/reduções de justo valor	13	32.501	12.798
Outros rendimentos e ganhos	14	37.969	15.018
Outros gastos e perdas	15	-14.378	-10.560
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		55.125	16.983
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	16	-2.685	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		52.440	16.983
Resultado antes de impostos		52.440	16.983
Imposto sobre o rendimento do período	17	-8.095	-9.253
Resultado líquido do período		44.345	7.730

O Técnico oficial de contas (11636)

A Administração

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no ano 2013

		Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da Entidade					
		Fundos	Resultados Transitados	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total	
	Notas						
Posição no Fim do Período de 2012		678.116		19.688	7.730	705.534	
Aplicação do resultado do Período			7.730		-7.730		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2013	1	678.116	7.730	19.688		705.534	
	2	678.116	7.730	19.688		705.534	
Resultado Líquido do Período	3				44.345	44.345	
Resultado Extensivo	4=2+3				44.345	44.345	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Outras operações							
	5						
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2013	6=1+2+3+5	7	678.116	7.730	19.688	44.345	749.880

O Técnico oficial de contas (11636)

A Administração

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no ano 2012

		Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da Entidade				
		Fundos	Resultados Transitados	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total
	Notas					
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2012	1					
	2					
Resultado Líquido do Período	3					
Resultado Extensivo	4=2+3	7.7307.730				
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Fundos		678.116				
Outras operações				19.688		
	5	678.116		19.688		697.804
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2012	6=1+2+3+5	678.116		19.688	7.730	705.534

O Técnico oficial de contas (11636)

A Administração

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (montantes expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	2013	2012
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-9.428	-4.383
Outros recebimentos/pagamentos		28.964	-3.418
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		19.536	-7.801
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-5.000	
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		27.352	27.577
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		22.352	27.577
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Realizações de fundos			517.731
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			517.731
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		41.888	537.507
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		537.507	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	579.395	537.507

O Técnico oficial de contas (11636)

A Administração

Anexo

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (montantes expressos em Euros)

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Fundação Monte, com número de contribuinte 510441254, e sede na Rua Avelino Barros nº.283 na Póvoa de Varzim, doravante designada por “Fundação”, é uma entidade de direito privado, de duração indeterminada, sem fins lucrativos criada pela Família Monte.

A Fundação foi reconhecida através do Despacho n.º 14129/2012, de 17 de outubro de 2012, emitido pelo Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

O fim primordial da Fundação é o de promover a educação, apoiar o fortalecimento da solidariedade social, apoiar entidades de interesse público e desenvolver infraestruturas de interesse público.

As presentes demonstrações financeiras da Fundação são as suas demonstrações financeiras individuais, reportando-se ao período até 31 de dezembro de 2013, sendo apresentadas em euros.

NOTA 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL) específica para as entidades do setor não lucrativo, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março.

Sem prejuízo da utilização da norma atrás referida, sempre que a mesma contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Fundação se encontre envolvida, de forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada da posição financeira e do seu desempenho, recorre supletivamente, e pela seguinte ordem, (i) às NCRF e Normas Interpretativas (NI), (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e (iii) às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respetivas interpretações (SIC-IFRIC).

2.2. Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

No período abrangido pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não há contas do balanço ou da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.1.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados pelo modelo do custo.

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de ser utilizados e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela Fundação, do desgaste natural esperado e da sujeição a uma previsível obsolescência técnica.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

3.1.2. Outros Ativos Financeiros Correntes e não Correntes

A Fundação classifica os seus outros ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros correntes

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de ativos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de atividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Fundação designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros correntes quando tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor.

Ativos financeiros não correntes

Os ativos financeiros não correntes são ativos financeiros não derivados: que i) a Fundação tem intenção de manter por tempo indeterminado, ii) são designados como não correntes no momento do seu reconhecimento inicial, ou iii) não se enquadram nas categorias acima referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: i) ativos financeiros correntes, e ii) ativos financeiros não correntes são reconhecidos na data de negociação (trade date), ou seja, na data em que a Fundação se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionados dos custos de transação, exceto nos casos de investimentos correntes, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando i) expiram os direitos contratuais da Fundação ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) a Fundação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) a Fundação, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, tenha transferido o controle sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros correntes são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros não correntes são igualmente registados ao justo valor, sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas de justo valor, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são reconhecidos nos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (bid-price). Na ausência de cotação, a Fundação estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os ativos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

3.1.3. Imparidade de ativos

A Fundação avalia, à data de balanço, se existe algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

a) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

b) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são registados inicialmente ao custo.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

c) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Relativamente aos depósitos bancários, se a sua disponibilização for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

3.1.4. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Fundação como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

3.1.5. Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

3.1.6. Imposto sobre o rendimento do período

A Fundação, uma vez que ainda não dispõe do estatuto de utilidade pública, está sujeita às regras gerais do IRC, sendo aplicada a taxa prevista no n.º 5 do artigo 87º do CIRC.

Os impostos sobre o rendimento foram reconhecidos como gastos do período abrangido pelas presentes demonstrações.

3.1.7. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Fundação. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Fundação classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de doze meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

3.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL, o Conselho de Administração da Fundação utiliza estimativas e pressupostos que não afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

NOTA 4 – FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Fundação classifica os juros, dividendos e variações em “equivalentes de caixa” como atividades de investimento.

4.1. Comentário do Conselho de Administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A 31 de dezembro de 2013 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

	2013	2012
	Quantias disponíveis para uso	Quantias disponíveis para uso
Caixa		
Caixa	750	
Subtotais	750	
Depósitos bancários		
Depósitos à Ordem - Euro	23.439	9.117
Depósitos a Prazo - Euro		10.000
Subtotais	23.439	19.117
Outros equivalentes de caixa		
Ações	106.028	81.951
Obrigações e títulos de particip.	318.933	310.880
Carteira de títulos	130.245	125.559
Subtotais	555.205	518.390
Totais	579.395	537.507

NOTA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	2013	2012
Custo:		
Imóveis	179.016	179.016
Em curso	5.000	
	184.016	179.016
Depreciações e perdas por imparidade Acumuladas:		
Depreciações acumuladas	2.685	
Perdas por Imparidade		
	2.685	0
	181.331	179.016

Esta rubrica inclui na rubrica de “Imóveis” os que foram atribuídos pelos Fundadores da instituição destinados à prossecução do fim da Fundação e na rubrica de “Em curso” o valor de adiantamento efetua- do para compra de novo bem

NOTA 6 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Outras contas a receber” decompõe-se como se segue:

	2013	2012
Devedores por Acréscimos de rendimento		
Outros	1.057	1.057
	1.057	1.285
Perdas por Imparidade acumuladas		
	1.057	1.285

NOTA 7 – FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro o total da Rubrica de Fundos teve a sua origem nos bens e montantes afetos pelos fundadores ao património da Fundação com vista à prossecução do seu fim.

Composição da origem dos Fundos Patrimoniais:

Composição da origem dos Fundos Patrimoniais

Imóveis	179.016
Ações	120.482
Unidades de Participação	113.200
Dinheiro	265.418
	678.116

Movimentos na Rubrica de Fundos Patrimoniais durante o ano de 2013:

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	678.116			678.116
Resultados Transitados		7.730		7.730
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	19.688			19.688
Resultado Líquido do Período	7.730	44.345	7.730	44.345
	705.534	52.076	7.730	749.880

NOTA 8 – FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Fornecedores” decompõe-se como se segue:

	2013	2012
Fornecedores conta corrente	448	264
	448	264

NOTA 9 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Estado e outros entes públicos” é assim detalhada:

Saldos passivos	2013	2012
IRC - Imp.sobre o rendimento	3.537	4.870
	3.537	4.870

NOTA 10 – FUNDADORES

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Fundadores” é assim detalhada:

	2013	2012
Fundadores	5.582	5.582
	5.582	5.582

NOTA 11 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Outras contas a pagar” é assim detalhada:

	2013	2012
Outros credores por acréscimos de gastos	2.336	1.557
	2.336	1.557

NOTA 12 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” é assim detalhada:

	2013	2012
Serviços bancários	927	7
Material de escritório	40	
Contencioso e notariado		264
	967	271

NOTA 13 – AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Aumentos de justo valor” é assim detalhada:

	2013	2012
Em instrumentos financeiros - Ações	27.507	11.003
Em instrumentos financeiros - Obrigações		5.777
Em instrumentos financeiros - Em outros títulos	5.279	559
	32.786	17.338

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Reduções de justo valor” é assim detalhada:

	2013	2012
Em instrumentos financeiros - Ações	284	4.271
Em instrumentos financeiros - Em outros títulos		269
	284	4.540

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 o efeito na Demonstração dos Resultados da aplicação do “Justo Valor” é assim detalhado:

	2013	2012
Aumentos de justo valor	32.786	17.338
Reduções de justo	-284	-4.540
	32.501	12.798

NOTA 14 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” é assim detalhada:

	2013	2012
Ganhos em outros instrumentos financeiros	118	14.443
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	10.500	
Juros obtidos de depósitos	23	575
Juros de outras aplicações de meios financeiros líquidos	22.217	
Juros de aplicações de meios financeiros líquidos	5.111	
	37.969	15.018

NOTA 15 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Outros gastos e perdas” é assim detalhada:

	2013	2012
Impostos	3.264	1.560
Donativos	11.114	9.000
	14.378	10.560

Na rubrica de Donativos estão incluídos os donativos às seguintes entidades:

	Montante
Centro Paroquial Social de Calheiros	1.000
Obra de Santa Zita	1.000
Instituto Madre Matilde	1.000
APPACDM - Ponte de Lima	1.000
Cabazes de Natal - Famílias carenciadas	7.114
	11.114

Após a data de balanço não ocorreram acontecimentos relevantes que deem lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras da Fundação.

NOTA 22 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, informa-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social.

NOTA 16 – GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” é assim detalhada:

	2013	2012
Edifícios outras construções	2.685	0
	2.685	0

NOTA 17 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica “Imposto sobre o rendimento” é assim detalhada:

	2013	2012
Imposto corrente	8.095	9.253
	8.095	9.253

NOTA 18 – GARANTIAS BANCÁRIAS

Em 2013 não existia qualquer garantia bancária.

NOTA 19 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013.

NOTA 20 – PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2013 a Fundação não tinha situações que possam ser avaliadas como passivos contingentes.

NOTA 21 - DIVULGAÇÕES DE FACTOS PÓS BALANÇO

21.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 30 de maio de 2014.

21.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

NELSON MOINHOS & PAULO LIMA
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO MONTE**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 761.782 euros e um total do fundo de capital de 749.880 euros, incluindo um resultado líquido do período de 44.345 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



Rua António Luís Gomes, 120, Sala 7
4400-125 Vila Nova de Gaia
T +351 223 791 271/72 F +351 223 791 239

Contribuinte N.º 503 426 180
Capital Social 5.000 euros
Insc. na OROC sob o n.º 131

Edifício Trade Center - Via Norte - E. N. 13 132
Salas 105 - 107 4470-038 Maia
T +351 229 476 413/14 F +351 229 476 415

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto no artigo 14.º dos Estatutos da Fundação Monte (adiante designada apenas por Fundação) e em cumprimento do mandato que nos foi conferido, compete-nos elaborar e submeter à apreciação de V. Ex^{as} o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar o nosso Parecer sobre o Relatório anual de actividades, balanço e contas apresentados pela Administração, em relação ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

2. ACÇÃO FISCALIZADORA

Acompanhamos a gestão da Fundação e tomámos conhecimento da actividade desenvolvida, nomeadamente:

- à fiscalização dos actos da Administração, através dos elementos de contabilidade e das informações e esclarecimentos obtidos da mesma e dos serviços;
- à averiguação da observância da lei e do cumprimento dos estatutos da Fundação;
- à verificação se a aplicação dos bens e rendimentos da Fundação se realiza de harmonia com os seus fins estatutários;
- à verificação periódica, com a profundidade e extensão consideradas adequadas, dos documentos, registos e livros de escrituração;
- à verificação do Balanço, da Demonstração dos resultados por naturezas, da Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e da Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e do Anexo, dos pressupostos e características qualitativas subjacentes, e à apreciação do Relatório de actividades.

3. CONCLUSÃO

A acção fiscalizadora desenvolvida permite-nos concluir que:

- a contabilidade, as contas e o Relatório anual de actividades satisfazem as disposições legais e estatutárias e reflectem a actividade desenvolvida e a situação da Fundação;
- os actos da Administração do nosso conhecimento salvaguardam o cumprimento da lei e dos estatutos da Fundação.

4. PARECER

Nesta conformidade, tendo em conta as acções levadas a cabo, somos de parecer que aprovem o Relatório anual de actividades e as contas do exercício de 2013 apresentados pela Administração.

Póvoa de Varzim, 30 de Maio de 2014

O Conselho Fiscal

Manuel João Meira Fernandes – Presidente

Celso José Patrício – Vogal



Paulo Roberto de Souza Mathias Lima – Vogal



F U N D A Ç Ã O

M O N T E